Realizou-se a Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal do Idoso de Campinas – CMI, no dia 10 de agosto de 2026, na Casa dos Conselhos, localizada à Rua Ferreira Penteado, 1331, Centro, em Campinas, S/P, iniciando às 14h26min.	
Pautas:	1) Apresentação dos presentes e justificativas dos ausentes 2) Deliberação das Atas da AGO do dia 14/07/2026 e da AGE de 27/07/2026 3) Comissão de Políticas Públicas e Violência – devolutiva dos trabalhos 4) Comissão FMPIC – deliberação e devolutiva dos trabalhos 5) Comissão Provisória do Edital de Chamamento – devolutiva dos trabalhos 6) Comissão de Legislação e Registro – deliberação e devolutiva dos trabalhos 7) GT Denúncias – devolutiva dos trabalhos 8) Comissão de Eventos – devolutiva dos trabalhos 9) Comissão de ILPI – devolutiva dos trabalhos 10) Informes
Reunião Presidida por:	Sônia Maria de Souza Poppi
Tipo de Reunião:	Assembleia Geral Ordinária
Secretário:	Diego Gomes dos Santos
1) Apresentação dos Presentes e Justificativas dos ausentes:	De conformidade com o registro do livro de presença do Conselho Municipal do Idoso de Campinas, participaram 29 (vinte e nove) pessoas. Entre essas, 5 (cinco) que são **Conselheiros Titulares do Poder Público**: Diego Gomes dos Santos (Gab. Prefeito), Karla de Castro Borghi (SMDAS), Marcos Roberto Stocco (SMCASP), Andrea Cristina Malavolta Magalhães (SMEL) e Thalles Jordane Almeida Oliveira (SMJ); 1 (um) que é **Conselheiro Suplente do Poder Público:** Maria da Guia Moura Nóbrega |(SMDAS); 5 (cinco) que são **Conselheiros Titulares da Sociedade Civil:** Rosemary Assis (CRP), Sônia Maria de Souza Poppi (usuária), Diva Aparecida França de Moraes (usuária), Juarez Bispo Mateus (usuário) e Marilda de Oliveira Martins (Lar Evangélico Alice de Oliveira) e 3 (três) que são **Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil**: Elza Lauretti Guarido (CRP), Ana Maria de Arruda Camargo (Programa UniversIdade) e Regina Célia Fernandes (Lar Evangélico Alice de Oliveira); 15 (quinze) que são **Convidados**: Marcela de O. Sales (Centro Comunitário), Isabel Cristina de Oliveira (Instituto Eurides Luis), Rogério Nóbrega (IGEVE), David José S. Costa (Instituto Eurides Luis), Marcia Regina C. Lopes (Instituto Eurides Luis), Andressa C. O. Gonçalves (Clínica Pazzini), Marcia Helena Ap. Pires (Lar da Amizade), Maria Helena (Casa Longa Vida), Carolina Domingos(Seta Guaraçaí), Luanda Jachetto (MAE Maria Rosa), Gustavo Lopes Secco (Lar São Vicente de Paulo), Jane Leal Freitas (União Cristã Feminina), Kely Cristina Barbosa (Seta Santana), Marcela Calux e Mônica L.

	Rocha (Adm. CMI). **Conselheiros que justificaram ausência**: Leandro Baptista Rodrigues (Gab. Prefeito), Regislene Aparecida Cheren (SMCASP), Mônica Leite Aranha Ferreira (SMEL), Juliane Rachel Simões Augusto (SMJ), Kleber Rodolfo Albino Ferreira (SMS), Saulo Matias dos Santos Pereira Cardoso (AB), Alice Helena De Danielle (UniversIDADE Unicamp), Mariana Reis Santimaria (Puc-Vitalitá), **Ausências sem justificativas**: Douglas Menezes e Lincoln John Leite Medeiros (SMC), Sonia Alves de Lima Álvaro e Vagner Leovaldo Couto (SME), Rayane Rodrigues de Oliveira e Reinaldo Aparecido Domingos (SEHAB), Susimara Lizabelle e Silvio José dos Reis (Seinfra), João Maria Beato de Andrade e Thiago Mascarenhas Figueira da Silva (SMT/EMDEC), Antonio de Pádua Ilanes e Sandra Aparecida de Almeida Ramos (STU-Unicamp), Luciana Gonçalves Freitas (OAB), Gisele Brides Prietto Casacio (Vitalitá-PUC), Dalva Santos Cyrillo da Silva e Roseli Hygino de Lima Pereira (Sã Doutrina), Eva Cristina de Morais Formagio e Cristiane Alves Viana da Silva (AFASCOM). A conselheira Sônia (presidente) iniciou a reunião cumprimentando todos os conselheiros e convidados e solicitou que se apresentassem.
2) Deliberação das Atas da AGO do dia 14/07/2026 e da AGE de 27/07/2026	A presidente Sônia Poppi relatou que os conselheiros receberam previamente as atas referentes à Assembleia Geral Ordinária de 14 de julho de 2026 e à Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho de 2026 que, colocada em votação, foram **aprovadas** pelos conselheiros presentes.
3) Comissão de Políticas Públicas e Violência – devolutiva dos trabalhos	O conselheiro Juarez apresentou a devolutiva dos trabalhos da Comissão de Políticas Públicas e Violência, que realizou reunião no dia 29 de julho. Juarez relatou que o principal tema discutido foi a atualização do Mapa de Diagnóstico da Pessoa Idosa de Campinas, elaborado anteriormente, antes do período da pandemia e ressaltou a importância de sua atualização, considerando as mudanças ocorridas no município e a necessidade de que o diagnóstico apresente dados atuais e consistentes sobre a realidade da população idosa. Juarez explicou que foram reafirmadas a importância e a necessidade de conclusão do processo de atualização, tendo sido encaminhada a elaboração de uma proposta para posterior apresentação ao coletivo e ratificação pelo Conselho. Ficou confirmada nova reunião para o dia 26 de agosto, às 9h, presencialmente, para apresentação da proposta e do trabalho relacionado ao diagnóstico. Foi solicitado aos interessados que confirmem presença, uma vez que a sala inicialmente disponibilizada possui capacidade aproximada para 15 pessoas. Também foi discutida a necessidade de atualização do diagnóstico a partir dos questionamentos e observações realizados sobre a metodologia

	utilizada anteriormente, buscando maior consistência e qualidade das informações apresentadas. Juarez relatou sobre a possibilidade de adesão do município a um programa nacional relacionado ao cuidado e atendimento da pessoa idosa, considerando a crescente demanda por serviços de cuidado e ressaltou a importância de o município avaliar a adesão ao programa, bem como de fortalecer a política pública de cuidados. Juarez falou também que, diante da inexistência, naquele momento, de regulamentação nacional definitiva sobre a política de cuidados, seria importante que o município avance na construção de uma política municipal, delimitando as atribuições das áreas de Saúde e Assistência Social, ressaltando a importância do monitoramento das ações e da articulação com os equipamentos públicos.
4) Comissão FMPIC – deliberação e devolutiva dos trabalhos	Karla informou que a Comissão do FMPIC ainda não havia conseguido concluir todos os levantamentos necessários para a deliberação dos trabalhos, que foram levantadas dúvidas relacionadas a materiais gráficos e questões administrativas e financeiras que ainda estavam sendo verificadas internamente junto aos setores responsáveis. Karla explicou que, diante da necessidade de concluir os trabalhos e evitar o adiamento da discussão para o mês de setembro, foi proposta a realização de uma reunião extraordinária, com previsão para o dia 24 de agosto de 2026, às 14h, de forma virtual, ficando a confirmação condicionada à organização da comissão e à confirmação da coordenação. Karla falou sobre a importância do acompanhamento mensal da prestação de contas dos recursos do Fundo, considerando a previsão de movimentação financeira mensal decorrente da ampliação das vagas e dos projetos vinculados ao edital e ressaltou a necessidade de que as prestações de contas sejam analisadas regularmente pelo Conselho, de modo a identificar eventuais inconsistências e realizar os ajustes necessários antes que o fluxo financeiro esteja plenamente estabelecido. Karla falou que foi apresentado informe referente à utilização de recursos do Fundo Municipal do Idoso para transporte relacionado ao JOMI e foi esclarecido que havia previsão anterior de utilização de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), inclusive para hospedagem e transporte, tendo parte do recurso destinado à hospedagem retornado ao Fundo em razão de problemas de documentação da instituição hoteleira. Karla explicou que, considerando a alteração do local de realização do evento, que ocorrerá em Tupã, foi proposta a alteração da destinação anteriormente prevista para Valinhos, de modo que o recurso possa ser utilizado para custear o transporte das pessoas idosas para o JOMI e, em regime de votação a alteração foi **aprovada** pelo Conselho.

5) Comissão Provisória do Edital de Chamamento – devolutiva dos trabalhos	Karla falou que foi comemorada a publicação do Edital de Chamamento, destacando-se o trabalho realizado pelo Conselho ao longo dos últimos anos para que fosse possível chegar à sua efetiva publicação. Karla apresentou um breve histórico do processo de regularização das entidades, explicando que, em período anterior, havia um número reduzido de entidades devidamente registradas no CMI, o que inviabilizava a realização do edital e ressaltou que, ao longo dos anos, a Comissão de Legislação e Registro realizou um amplo trabalho de análise dos processos, atualização de resoluções, divulgação das normas e orientação às entidades. Karla informou que atualmente existem em torno de 36 entidades devidamente registradas no Conselho Municipal do Idoso, o que possibilitou a realização do edital e esclareceu que o período posterior à publicação corresponde ao prazo de publicidade previsto no edital, sendo informado que o recebimento das propostas ocorrerá de 31 de agosto a 14 de setembro de 2026. Karla explicou que as entidades que ainda possuem dúvidas sobre registro, renovação ou documentação foram orientadas a procurar o Conselho por telefone, mensagem ou e-mail e reforçou que o edital, seus anexos e modelos estão disponíveis na página oficial do Conselho Municipal do Idoso. Karla explicou também que a situação das entidades cujo registro esteja indeferido ou próximo do vencimento, são orientadas a encaminhar seus pedidos o quanto antes, sem aguardar o final do prazo para apresentação das propostas e que a Comissão de Legislação e Registro permanece à disposição para análise dos pedidos, ressaltando, entretanto, que possui prazo e capacidade operacional limitados para análise dos processos. Diego ressaltou a importância da participação de novos conselheiros na Comissão de Legislação e Registro, considerando o aumento da demanda.
6) Comissão de Legislação e Registro – deliberação e devolutiva dos trabalhos	Diego ressaltou a importância de as entidades encaminharem o quanto antes as dúvidas relacionadas ao Edital de Chamamento e os pedidos de registro e revalidação. Na sequência, Diego apresentou ao colegiado, para deliberação, a alteração do CNPJ da Associação Anhumas Quero-Quero – Núcleo Cultural e Educacional, localizada na Rua Luiz Paulieri, nº 251, Parque São Quirino, Campinas/SP. Diego explicou que a alteração já havia sido aprovada *Ad Referendum* e, após votação nominal, a alteração do CNPJ foi **aprovada**. Diego apresentou a devolutiva de seus trabalhos, destacando a elevada demanda decorrente da publicação do Edital de Chamamento e informou que, no último período, foram aprovados aproximadamente 11 ou 12 registros e validações, resultado do trabalho desenvolvido pela comissão. Diego reiterou que permanece aberta à participação de outros conselheiros, considerando a importância do trabalho de análise documental e de registro das instituições e reforçou que os

	pedidos de registro recebidos são analisados pela Comissão de Legislação e Registro e, posteriormente, encaminhados à Comissão de ILPI para realização das visitas necessárias, quando cabível. Também foi discutida a necessidade de orientar as instituições interessadas no edital a iniciarem imediatamente seus processos de registro ou renovação, evitando o risco de não cumprimento dos prazos estabelecidos.
7) GT Denúncias – devolutiva dos trabalhos	Karla informou que a senhora Lucilaine, Assistente Social que atuava como apoio técnico junto ao CMI passou a desempenhar suas atividades na gestão de vagas para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMDAS), tendo sido substituída pelo senhor Ennio, advogado de formação e servidor que passa a assumir a chefia do setor, que posteriormente se apresentou ao Colegiado. Karla explicou que a comissão vem trabalhando para manter as denúncias atualizadas e evitar o acúmulo de processos e foi relatado sobre as dificuldades encontradas em algumas denúncias, principalmente pela ausência de informações completas, endereços incorretos ou insuficiência de dados para localização das instituições. Karla explicou que as denúncias de 2025 estão sendo analisadas por determinados integrantes do grupo, enquanto as denúncias de 2026 estão sendo acompanhadas por outros integrantes, permitindo que o Conselho mantenha o fluxo de análise das novas denúncias. A conselheira Marilda destacou como uma conquista a capacidade de o grupo manter as denúncias de 2026 em acompanhamento conforme a ordem de recebimento e deliberação. Foi mencionada a necessidade de maior articulação entre Conselho, Poder Judiciário, Ministério Público, Saúde e Assistência Social, buscando esclarecer os diferentes papéis e responsabilidades no atendimento às pessoas idosas. Também foram discutidos casos recorrentes envolvendo Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs, especialmente situações em que instituições permanecem irregulares mesmo após notificações e orientações.
8) Comissão de Eventos – devolutiva dos trabalhos	Diego informou que a comissão vem se reunindo com frequência em razão do grande volume de demandas e foi discutida a necessidade de estabelecer critérios objetivos para os pedidos de apoio do Conselho em eventos externos, especialmente solicitações relacionadas ao transporte de pessoas idosas. Diego relatou que foi estabelecido como orientação que as solicitações sejam encaminhadas formalmente ao Conselho com antecedência mínima de 90 dias, que a instituição solicitante esteja inscrita no CMI e que seja observado o limite de uma solicitação por instituição ao ano, buscando garantir critérios de transparência e isonomia. Diego

	informou que foram discutidos eventos tradicionais, como o Encontro de Corais, realizado em parceria com a Unimed, e outras atividades previstas no calendário. A senhora Kely, convidada, relatou problemas ocorridos no transporte com a instituição que atua, onde um grupo de pessoas idosas permaneceram desde as primeiras horas da manhã aguardando transporte que não chegou ao local previsto. Foi relatado ainda que, em alguns casos, houve atraso significativo e que alguns veículos não apresentavam condições adequadas de acessibilidade. Kely reforçou a necessidade de que o Conselho apresente resposta formal às manifestações encaminhadas e aos questionamentos relacionados ao ocorrido. Diego esclareceu que a Comissão de Eventos reconheceu as falhas ocorridas e informou que os problemas foram discutidos internamente, inclusive constando em seus registros a necessidade de aperfeiçoamento da organização dos transportes, dos roteiros e da logística dos eventos. E informou que, para os próximos eventos, serão adotadas medidas de planejamento antecipado. Diego falou que o próximo Baile da Pessoa Idosa será planejado com antecedência, com previsão de visita técnica ao local antes da definição definitiva, considerando capacidade, acessibilidade, espaço físico e logística de transporte, e tem como possibilidade a utilização do Prédio do Relógio, estando a definição condicionada à avaliação técnica do local. Diego também ressaltou a importância da elaboração de um calendário anual de eventos, permitindo antecipação dos processos de planejamento e solicitação de recursos. Diego reiterou que a participação na comissão é aberta aos conselheiros e demais interessados, permitindo contribuições na elaboração dos eventos, roteiros, recepção, logística e demais etapas.
9) Comissão de ILPI – devolutiva dos trabalhos	Sônia Poppi relatou que a comissão realizou visitas de denúncia e visitas relacionadas a processos de registro. A conselheira Elza explicou que foi realizada visita de denúncia em instituição que apresentou situação considerada preocupante e, em visita relacionada a processo de registro, relatando que a documentação havia sido analisada pela Comissão de Legislação e Registro e que a visita realizada pela Comissão de ILPI também apresentou resultado favorável, estando o processo apto para aprovação. Sônia ressaltou a necessidade de ampliação do número de conselheiros participantes da Comissão de ILPI, considerando o volume de denúncias e de visitas que chegam ao Conselho. Também foram discutidas situações de denúncias recorrentes envolvendo determinadas instituições, ressaltando-se a necessidade de acompanhamento contínuo e de verificação das providências adotadas após as notificações. Foi mencionada uma instituição que se encontra em situação de interdição e que, apesar de orientações e providências anteriores,

	teria recebido novas pessoas idosas e que o caso foi encaminhado para os órgãos competentes. Foi discutida a necessidade de revisão e aprimoramento da legislação municipal relacionada às ILPIs, especialmente para situações em que instituições permanecem funcionando de forma irregular mesmo após notificações e determinações de outros órgãos. Também foi proposta maior aproximação entre o Conselho, o Poder Judiciário e os demais órgãos responsáveis pela fiscalização, buscando ampliar o conhecimento sobre a legislação aplicável às ILPIs e fortalecer a proteção da pessoa idosa. Foi levantada a necessidade de realização de ações de orientação junto às instituições, esclarecendo que a fiscalização do Conselho possui também caráter orientativo e preventivo, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e encaminhamentos aos órgãos competentes quando as irregularidades não forem solucionadas.
10) Informes	Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação de todos. A Assembleia Geral Ordinária foi encerrada às 16 horas e 10 minutos e eu, Mônica de Lourenço Rocha, administrativa do Conselho Municipal do Idoso, lavrei a presente ata.